



Correspondência aos Autores

¹ João Felipe Figueiredo
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
E-mail: joao.figueiredo@ufsm.br
CV Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/3387376290345150>

² Marilene Gabriel Dalla Corte
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
E-mail: marilenedallacorte@gmail.com
CV Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/1554366181630485>

Submetido: 03 jul. 2023
Aceito: 01 out. 2023
Publicado: 13 nov. 2023

[doi](https://doi.org/10.20396/riesup.v11i00.8673897) 10.20396/riesup.v11i00.8673897
e-location: e025022

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Assistência e permanência estudantil na educação superior: o caso do curso de Odontologia da UFSM

João Felipe Figueiredo¹  <https://orcid.org/0000-0002-6530-8554>

Marilene Gabriel Dalla Corte²  <https://orcid.org/0000-0001-8272-2944>

RESUMO

Introdução: o texto integra pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), articulando-se ao Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional – Gestar/UFSM, abordando políticas de assistência e permanência de estudantes na Educação Superior, a partir de um estudo de caso do curso de Odontologia da UFSM, em especial o benefício socioeconômico Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico. **Objetivo:** assim, objetiva-se analisar as relações e contribuições do benefício Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico, atribuído a estudantes de graduação em Odontologia da UFSM, referentes à permanência, ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão de curso. **Metodologia:** entre outros aspectos, a metodologia quanti-qualitativa de pesquisa pautou-se na análise documental, sendo a análise de conteúdo adotada enquanto fundamento para a interpretação dos dados junto à estatística descritiva. **Resultados:** os resultados apontam que a maior parte dos estudantes de Odontologia da UFSM, contemplados de 2017 a 2019, obteve notas acima das médias de seus grupos e que o grupo que teve a maior média geral foi daqueles que receberam mais vezes o benefício Auxílio. O quantitativo de vezes que os estudantes foram beneficiados impactou de forma direta no desempenho da média da maior parte dos grupos. **Conclusão:** conclui-se que política de assistência e permanência estudantil, permeada pelo Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico, contribui para que estudantes da Educação Superior da UFSM, do curso de graduação em Odontologia, possam realizar e permanecer em seu curso com desenvolvimento acadêmico satisfatório.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas públicas. Educação superior. Assistência estudantil. Apoio pedagógico.

Assistance and student retention in higher education: the case of the UFSM Dentistry course

ABSTRACT

Introduction: the text integrates research developed with the Postgraduate Program in Public Policies and Educational Management, at the Federal University of Santa Maria (UFSM), in conjunction with the Research Group on Public Policies and Educational Management – Gestar/UFSM, addressing assistance and retention policies for students in Higher Education, based on a case study of the UFSM Dentistry course, in particular the socioeconomic benefit Aid for the Acquisition of Teaching Materials. **Objective:** thus, the objective is to analyze the relationships and contributions of the Aid for the Acquisition of Teaching Materials benefit, awarded to undergraduate Dentistry students at UFSM, regarding permanence, academic development and course completion. **Methodology:** among other aspects, the quantitative-qualitative research methodology was based on documentary analysis, with content analysis adopted as a basis for data interpretation along with descriptive statistics. **Results:** the results indicate that the majority of UFSM Dentistry students, covered from 2017 to 2019, obtained grades above the averages of their groups and that the group that had the highest overall average was those who received the Aid benefit the most. The number of times students benefited directly impacted the average performance of most groups. **Conclusion:** it is concluded that the student assistance and permanence policy, permeated by Aid for the Acquisition of Pedagogical Material, contributes to UFSM Higher Education students, on the undergraduate Dentistry course, being able to complete and remain in their course with satisfactory academic development.

KEYWORDS

Government policy. Higher education. Student assistance. Pedagogical support.

Asistencia y retención de estudiantes en la educación superior: el caso de la carrera de Odontología de la UFSM

RESUMEN

Introducción: el texto integra investigaciones desarrolladas en el Programa de Postgrado en Políticas Públicas y Gestión Educativa de la Universidad Federal de Santa María (UFSM), en conjunto con el Grupo de Investigación en Políticas Públicas y Gestión Educativa – Gestar/UFSM, abordando políticas de asistencia y retención de estudiantes de Educación Superior, a partir de un estudio de caso de la carrera de Odontología de la UFSM, en particular el beneficio socioeconómico Ayuda para la Adquisición de Material Didáctico. **Objetivo:** así, el objetivo es analizar las relaciones y contribuciones del beneficio Ayuda para la Adquisición de Material Didáctico, otorgado a estudiantes de graduación en Odontología de la UFSM, en relación con la permanencia, el desarrollo académico y la finalización de los estudios. **Metodología:** entre otros aspectos, la metodología de investigación cuanti-cualitativa se basó en el análisis documental, adoptándose el análisis de contenido como base para la interpretación de los datos junto con la estadística descriptiva. **Resultados:** los resultados indican que la mayoría de los estudiantes de Odontología de la UFSM, atendidos de 2017 a 2019, obtuvieron calificaciones superiores a los promedios de sus grupos y que el grupo que tuvo el promedio general más alto fue el que más recibió el beneficio del Ayuda. La cantidad de veces que los estudiantes se beneficiaron impactó directamente el desempeño promedio de la mayoría de los grupos. **Conclusión:** se concluye que la política de asistencia y permanencia de estudiantes, permeada por la Ayuda para la Adquisición de Material Pedagógico, contribuye para que los estudiantes de Educación Superior de la UFSM, de la carrera de Odontología, puedan concluir y permanecer en su carrera con un desarrollo académico satisfactorio.

PALABRAS CLAVE

Política gubernamental. Enseñanza superior. Asistencia estudiantil. Apoyo pedagógico.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável
- **Financiamento:** Não aplicável
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Administração de Projetos, Recursos, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Redação – rascunho original, Revisão & edição, Figueiredo, J. F., Dalla Corte, M. G.

1 Aspectos introdutórios

Esta produção é parte integrante de uma pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), articulando-se ao escopo de estudos realizados pelo Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional – Gestar/CNPq/UFSM, em que se aborda a temática das políticas de assistência e permanência de estudantes na Educação Superior, a partir de um estudo de caso do curso de Odontologia¹ da UFSM². Para tanto, objetiva-se analisar as relações e contribuições do benefício Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico, atribuído a estudantes do curso de graduação em Odontologia da UFSM, referentes à permanência, ao processo de desenvolvimento acadêmico e à conclusão de curso.

As políticas de assistência e permanência na Educação Superior encontram-se no bojo das políticas educacionais e, estas, no conjunto das políticas públicas.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (Souza, 2006, p. 24).

A despeito de várias possibilidades de conceitualização e entendimento, aborda-se uma perspectiva epistemológica relacionada ao que Boneti (2018) entende como sendo política pública “[...] a ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou uma mera regulamentação administrativa” (Boneti, 2018, p. 101). Nessa conjuntura, há políticas públicas voltadas para diversas áreas (segurança, saúde, emprego, educação, entre outras), entretanto as que são subjacentes a esta pesquisa são aquelas destinadas ao campo da Educação Superior.

Assim, compreende-se as políticas educacionais como espécie do gênero das políticas públicas, a partir das contribuições de Boneti (2018), como ações advindas da justaposição e/ou contraposição de forças existentes e atuantes em determinado contexto social que, através do Estado, são materializadas e orientam as diretrizes e os rumos da Educação de nível superior,

¹ Com a criação da UFSM, foi constituída a Faculdade de Odontologia, sendo que o respectivo curso teve o seu início em março de 1961 e formou a primeira turma em 1964. Atualmente, suas instalações ficam localizadas no Prédio 26-F no Campus sede da UFSM, próximo ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM). Odontologia é um dos 128 cursos de graduação da UFSM, e um dos sete cursos de graduação vinculados ao CCS - Centro de Ciência da Saúde (Santa Maria, 2022, n.p).

² A UFSM foi fundada em 1960, oficialmente como instituição, na Cidade de Santa Maria, localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, 40 anos após a criação da primeira federal brasileira e 26 anos depois da primeira federal gaúcha (Santa Maria, 2022, n.p).

portanto direcionadas como políticas públicas para/da Educação Superior. A partir dessa classificação existem diversas políticas, como as políticas de planejamento, de avaliação, de inclusão e acessibilidade, de expansão, democratização, entre outras e, no caso desta produção científica, as políticas de assistência e permanência estudantil.

A assistência estudantil na Educação Superior no Brasil é uma política pública educacional que surgiu no início do século XX. Com base na luta de vários atores no cenário socioeducacional nacional, entre eles a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)³, foram realizadas discussões e tratativas com o Ministério de Educação (MEC) que, alinhado às demandas estudantis e Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 12 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa nº 39 (Brasil, 2007), sendo promulgado em 2010 pelo Decreto nº 7.234 (Brasil, 2010), no governo de Luís Inácio Lula da Silva, o que se considerou um avanço na política pública de assistência estudantil brasileira. Esse Decreto, de acordo com Mota Júnior (2016), trata-se

[...] de um avanço, pois reflete uma reivindicação histórica do movimento estudantil, na medida em que a assistência estudantil até então não possuía nenhum marco regulatório nacional, ficando a cargo de cada instituição e da correlação de forças interna em cada IFES a existência de restaurantes universitários, de bolsas de auxílio-permanência, de moradia estudantil, entre outras necessidades (Mota Júnior, 2016, p. 245).

Assim, a assistência estudantil na Educação Superior tomou a forma atual por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo voltada às Instituições Federais de Educação Superior (IFES), prioritariamente para estudantes de graduação presencial em vulnerabilidade socioeconômica. Essa política pública estabelece algumas áreas nas quais as ações da assistência estudantil devem ser desenvolvidas, sendo o Apoio pedagógico a que embasa o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico, foco do estudo de caso realizado junto ao curso de Odontologia da UFSM.

Metodologicamente, trata-se de um recorte de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, pautada no estudo de caso do curso de Odontologia da UFSM, abordando dados decorrentes de análise documental (Gil, 2008; Triviños, 1987) e de estudos estatísticos (Silva *et al.*, 1996), com base na análise de conteúdo (Bardin, 2016).

A análise documental se desenvolveu com diversos tipos de documentos, tais como: legislação educacional nacional e institucional, decretos, relatórios de pagamento de estudantes, históricos estudantis, entre outros (Gil, 2008; Triviños, 1987). Além disso, a pesquisa contou com análise estatística constituindo-se na “[...] obtenção de algumas informações como médias, proporções, dispersões, tendências, índices, taxas, coeficientes, que facilitem a

³ Segundo Lorenzoni (2015, n. p), no ano de 1987, é criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que visa defender o reconhecimento da assistência estudantil como uma política consolidada no âmbito de Estado. Nesse Fórum, foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Estudantil, o qual, mais tarde, contribui com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

descrição dos fenômenos observados”, conforme Silva et al. (1996, p. 15), tendo em vista a análise de indicadores quantitativos oriundos da dados documentais.

Para a interpretação do conjunto de dados, a análise de conteúdo se constituiu num mecanismo que potencializou “[...] caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Gomes, 2009, p. 84), sendo que se pautou na “[...] descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (Bardin, 2016, p. 48). A análise foi desenvolvida em três etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação.

Posto isto, este artigo está estruturado em cinco seções: na Introdução, apresenta-se os aspectos mais gerais da pesquisa – *locus*, temática, objetivos e metodologia; na segunda seção, aborda-se a respeito de uma breve gênese das políticas de assistência, que traz em seu bojo o referencial teórico-metodológico que auxilia na fundamentação da investigação; na terceira seção, encontra-se a análise dos dados, em que se realiza a imersão nos dados quanti-qualitativos, partindo da apresentação dos colaboradores da pesquisa, passando pelas etapas de pré-análise, pela exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação; na seção de Considerações Finais, explora-se alguns apontamentos voltados para o objetivo da pesquisa, entrelaçado ao recorte apresentado nesta produção científica. Por fim, serão expostas as Referências, para que seja possível identificar as fontes que serviram para esta pesquisa.

2 Síntese da gênese das políticas de assistência e permanência estudantil da educação superior

As políticas de assistência e permanência na Educação Superior tiveram a sua gênese no início do século XX a partir de alguns marcos. Souza e Costa (2020), Lima (2019), Silveira (2019), Trindade (2016), Botelho (2016), Dalessi (2018), Pozobon (2019), Dutra e Santos (2017) e Perske (2020) abordam em seus estudos acerca do primeiro marco da assistência estudantil datado no segundo quartel do século passado.

Uma das primeiras ações voltadas a assistir estudantes ocorreu em 1928 no governo de Washington Luís, sendo implantada em Paris, França, a Casa do Estudante Brasileiro. Conforme Perske (2020, p. 66):

Em 1928, ocorre a primeira manifestação sobre assistência ao estudante, quando começam a serem repassados recursos financeiros para auxiliar os estudantes que residiam na Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e não tinham condições de se manter.

O fundamento normativo que possibilitou essa assistência foi o Decreto nº 5.612/1928, que, de acordo com Lima (2019, p. 52), permissionava a “[...] criação da Casa do Estudante Brasileiro, disponibilizando os recursos necessários para a sua construção, sendo direcionado, a

princípio, aos estudantes brasileiros que tinham dificuldade de se estabelecer na capital francesa”. Por conseguinte, fica visível que essas políticas eram voltadas para os filhos da burguesia brasileira que tinham condições de estudar no exterior naquela época.

Na década de 1930, no estado do Rio de Janeiro, ocorreu a implantação da Casa do Estudante do Brasil. Outro marco considerável foi a Reforma Francisco Campos composta por uma série de normas do ano de 1931, que trouxe em seu bojo o Estatuto das Universidades Brasileiras. Pozobon (2019) destacou que alguns autores consideram esse Estatuto como o marco primário da assistência estudantil. Assim, como destaca Lima (2019, p. 53), esse regimento

[...] foi considerado de grande valia para a assistência estudantil, sobretudo por vinculá-la diretamente ao ensino superior por meio da regulamentação da concessão de bolsas de estudos ao alunado necessitado da graduação, a fim de garantir a equidade de oportunidades nessa modalidade de ensino.

Em 1934, foi promulgada a segunda Constituição Federal do Brasil, que, embora tenha sido a segunda Carta Constitucional, foi a primeira a discorrer a respeito das políticas de assistência e permanência estudantil, tornando-se o marco constitucional dessas políticas no Brasil (Lima, 2019; Silveira, 2019; Pozobon, 2019; Trindade, 2016; Botelho, 2016; Dalessi, 2018), como se pode observar no artigo 157 dessa constituição:

Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. [...] § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (Brasil, 1934, n.p.).

Alinhado com a Constituição Federal de 1934, o Estado do Rio Grande do Sul cria a fundação da Casa do Estudante Universitário Aparício Coroa de Almeida, em Porto Alegre, em 1934 (Costa; Hinterholz, 2021, n.p). Ainda nesta década, em 1937, é criada, com apoio do Ministério da Educação, a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Outra Constituição Federal é promulgada em 1946, que passou a assegurar, no artigo 172, a assistência educacional, contemplando a eficiência escolar para estudantes caracterizados como necessitados (Brasil, 1946, n.p).

Neste breve recorte da gênese da assistência aos estudantes, pode-se observar que a assistência estudantil no Brasil, a partir da primeira metade do século XX, passou a ser visualizada por diferentes óticas na construção de políticas públicas, que foram marcadas pelo contexto político, social e econômico elitista.

Outro destaque foi em 1961 com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 4.024/61, que passou a determinar a assistência social escolar como pilar das políticas de Estado brasileiro, considerando-a como direito dos estudantes (Brasil, 1961, n.p). Decorrente da LDB/61, em 1970 foi criado um Departamento de Assistência ao Estudante

(DAE), tendo em vista o desenvolvimento de programas voltados à alimentação e moradia estudantil.

Na Cidade de Santa Maria/RS, *locus* desta pesquisa, a Assistência Estudantil veio mais tarde, na década de 1960. De acordo com Zampieri (2011, p. 159), a moradia estudantil “[...] começou a ser construída antes mesmo do início da implantação do Câmpus, esta tinha como função abrigar os estudantes das já existentes Faculdades, anteriores à fundação da Universidade”⁴.

Em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal Brasileira, encontra-se no artigo 6º o direito à educação, bem como à assistência aos desamparados como direitos sociais (Brasil, 1988, n.p). Também, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996, Lei nº 9.394/96, verifica-se no artigo 3º que o ensino deverá ser ministrado tendo por base os princípios de igualdade, condições para acesso e permanência no contexto escolar (Brasil, 1996, n.p).

No caso da Assistência Estudantil nas IFES, verifica-se fundamentalmente que ocorreu a partir da defesa e atuação de entidades, como a UNE e o FONAPRACE, a exemplo de inclusão de pautas e prioridades relacionadas à assistência estudantil na Educação Superior no Plano Nacional de Educação (PNE).

Após a inclusão da assistência estudantil no PNE 2001, Lei nº 10.172, foi construído um documento mais amplo, concretizando-se em uma minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que foi elaborado a partir dos dados da pesquisa de perfil socioeconômico dos estudantes das IFES, realizada em 1997, e dos problemas enfrentados por esses estudantes, que foram observados pelos setores responsáveis nas IFES.

Conforme já mencionado, o Plano Nacional de Assistência Estudantil foi atualizado em 2007, sendo meta prioritária do FONAPRACE, foi aprovado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em julho daquele ano, em Belém, Capital do Estado do Pará (ANDIFES, 2007). Decorrente do Plano Nacional de Assistência Estudantil, surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), direcionado para as IFES e seus estudantes de graduação presencial em vulnerabilidade socioeconômica.

Do PNAES, decorrem os subsídios e pilares da assistência estudantil contidos no atual PNE, Lei nº 13.005 de 2014, sendo que a assistência estudantil consta em “Metas e estratégias”, em seus itens 11.12 e 12.5, dispondo acerca da ampliação do investimento em programas, cursos de nível médio técnico e, também, na Educação Superior (Brasil, 2014, n.p). A perspectiva da assistência estudantil no PNE 2014 foi de garantia das condições necessárias não

⁴ Embora a UFSM tenha sido fundada como instituição universitária em 1960 pela Lei 3.834-C, suas raízes históricas datam da década de 1930 do Século XX. Nesse sentido, Zampieri (2011, p. 94) destaca que: “A história da Universidade de Santa Maria tem início em 1931, data de criação da Faculdade de Farmácia, primeira faculdade do município e que depois viria a fazer parte da Universidade”.

somente para o acesso dos estudantes, mas, sobremaneira, de permanência, desenvolvimento acadêmico e conclusão nos cursos, com o foco na redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. Assim sendo, a implantação de programas de assistência estudantil tornou-se indispensável à Instituições de Educação Superior (IES), tendo em vista a ampliação da assistência estudantil aos estudantes menos favorecidos socioeconomicamente a alcançar os objetivos do PNE.

O PNE em vigor (2014-2024) discorre em seus diversos preceitos a respeito da qualidade, sendo a melhoria desta uma de suas diretrizes, e a equidade uma categoria presente em seu contexto (Brasil, 2014, n.p). Assim, no Decreto que rege o PNAES, fica evidente a concepção da qualidade social, vinculada em seus objetivos. Entretanto, embora estejam presentes nas normativas algumas questões que sugerem o caminho para a qualidade e a equidade socioeducacional, o que ainda se tem é a hegemonia da qualidade isomórfica, conforme coloca Morosini (2014). A gestão universitária, na perspectiva da qualidade social e da equidade, é um desafio de suma importância na contemporaneidade, no sentido de gerir programas educacionais que potencializem o ensino e aprendizagem, bem como as condições básicas para estudantes de universidades federais que necessitam de apoio e assistência em cursos de graduação.

Com a expansão da Educação Superior pública no Brasil, surgiram programas como o de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) em 2007, como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), gerido pelo MEC, que reúne em um sistema eletrônico as vagas ofertadas por IES de todo o Brasil, executando a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), bem como a criação dos Institutos Federais, pela Lei nº 11.892/2008, entre outros mecanismos de expansão, que colaboram com políticas de ampliação e democratização do acesso e permanência no Ensino Superior.

O PNAES passou a regulamentar a política de assistência e permanência do estudante nas IFES e o público-alvo de suas políticas. Assim, diferente daquela classe elitista em que foi dada originalmente a assistência estudantil, são os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, pertencentes às classes menos abastadas da sociedade, que passam a conquistar essa assistência.

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010, n.p).

Com fundamento no Programa Nacional de Assistência Estudantil, a UFSM desenvolve diversas ações, priorizando o atendimento a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, contemplando a alimentação, com dois restaurantes universitários no campus sede em Santa Maria, um em Frederico Westphalen, outro em Palmeira das Missões e um Cachoeira do Sul, que distribuem mais de um milhão e seiscentas mil refeições por ano. Além disso, disponibiliza 2.597 vagas nas moradias estudantis em todos os campi e, para casos de falta de vagas, viabiliza ainda bolsas/auxílios financeiros do Programa de Auxílio Moradia (PAM). A UFSM

oferta também auxílio transporte, atendimentos odontológicos e atendimentos de saúde aos moradores das Casas de Estudantes Universitários do campus sede, além de desenvolver ações voltadas para a inclusão digital, cultura, esporte, creche, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, oferecendo também o apoio pedagógico que contempla diversas iniciativas, como o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico.

No bojo do PNAES, no contexto da UFSM, foi regulamentado o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico em 2013, pela Resolução nº 35 (UFSM, 2013), considerando, dentre outras questões, “[...] a necessidade de proporcionar uma modalidade de auxílio aos alunos de cursos de graduação que necessitem adquirir materiais necessários para o desempenho acadêmico, durante o tempo do curso” (UFSM, 2013, p. 1). Esse benefício foi implementado no primeiro semestre de 2014, consistindo no pagamento semestral de valor em dinheiro na conta bancária do estudante para que o mesmo possa custear materiais pedagógicos indispensáveis ao seu desenvolvimento acadêmico e permanência no curso de graduação. No caso do curso de Odontologia da UFSM, esses materiais são bem singulares e consistem em fotopolimerizadores, espátulas, fórceps, brocas, limas endodônticas, cabos e lâminas de bisturis, entre outros materiais que são necessários ao desenvolvimento das disciplinas de um curso eminentemente pautado em atividades práticas desenvolvidas ao longo da formação em que são utilizados instrumentais que possuem elevado custo de aquisição.

Assim sendo, entre outros aspectos, para a concessão do benefício, o estudante deve possuir matrícula regular em curso de graduação presencial na UFSM, ter o Benefício Socioeconômico (BSE) 1, não pode ter outro curso superior completo, deve ter aprovação mínima de 50% em disciplinas cursadas no semestre anterior, deve possuir no mínimo 240 horas em disciplinas no semestre vigente, ser titular de contracorrente, além de não estar em trancamento total, desistência ou abandono. O valor de cada benefício é calculado conforme a solicitação de cada estudante e a disponibilidade orçamentária da Instituição. No caso do Curso de Odontologia, o valor varia de acordo com o semestre que o estudante está cursando, sendo que, geralmente, a coordenação de curso envia para a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis documentação consignando valores máximos para cada um dos dez semestres do curso. Com base nisso, nas solicitações individuais e disponibilidade de orçamento são calculados os valores. A prestação de contas é realizada junto à Seção de Bolsas da PRAE e foi implementada a partir do segundo semestre de 2017, a fim de verificar se o benefício recebido estava sendo utilizado em consonância com as suas finalidades. Ademais, o estudante beneficiado pode ter outros auxílios da assistência estudantil da UFSM.

O Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico ofertou, desde sua instituição em 2013 até o ano de 2019, um total de 4.211 auxílios financeiros, beneficiando 1.891 estudantes distintos, de 98 cursos nos campi, com investimento de R\$ 2.187.949,21. Com relação ao Curso de Odontologia, o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico ofertou 334 benefícios, para 112 estudantes, investindo R\$ 678.422,30 de 2017 a 2019.

No âmbito da UFSM, além das 2.597 vagas de moradia, dos 14.601 benefícios do Programa de Auxílio Moradia, e das 3.963.862 refeições que se tem registrado no período de 2017 a 2019 (Brasil, 2023a), as demais ações da assistência estudantil ofertaram no período mais 28.987 auxílios financeiros, tendo como total investido R\$ 70.631.067,38 via PNAES. A média de estudantes regulares em cursos de graduação no período de 2017 a 2019 foi de 24.269 estudantes (Brasil, 2019, p. 43), sendo 331 estudantes matriculados, em média, no Curso de Odontologia da UFSM. A taxa de evasão da UFSM foi de 19,42% e do Curso de Odontologia foi de 4,67% para o período, de acordo com o Observatório da Evasão (Brasil, 2023b). O Curso de Odontologia é diurno, ofertado em período semestral e organizado em 10 semestres, prazo médio indicado para a sua conclusão.

3 Perspectiva das categorias de análise

A pesquisa foi realizada com um total de 112 colaboradores, entre eles estudantes e egressos do curso de Odontologia da UFSM⁵, contemplados por este benefício socioeconômico no período de 2017 a 2019. Também contou com a colaboração de dois gestores da UFSM⁶. Em etapas subsequentes, a pesquisa contou com a pré-análise e a exploração do material, bem como inferência e interpretação, com documentos de primeira mão, ou seja, que ainda não receberam um tratamento analítico.

A respeito dos preceitos éticos, Flick (2009, p. 56) define que a ética “[...] é uma questão fundamental no planejamento e execução da pesquisa”. Nesta perspectiva, foi requisitada autorização institucional na UFSM para o levantamento de dados e realização da pesquisa⁷ com consentimento livre e esclarecido dos colaboradores.

Na pré-análise, que tem por objetivos, segundo Bardin (2016, p. 125) “[...] a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final”, realizou-se o levantamento de dados através de pesquisa em documentos junto ao acervo permanente da UFSM, nas folhas de pagamento de bolsistas, nas informações mais detalhadas sobre esses estudantes junto ao Centro de Processamento de Dados (CPD) da Universidade e, mais especificamente, junto ao

⁵ A UFSM é a primeira universidade pública federal localizada no interior de uma cidade brasileira; criada na década de 1960 na Cidade de Santa Maria, situada no coração do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme Perske (2020, p. 25), a UFSM “[...] traça um percurso de integração com a região central do Rio Grande do Sul e de referência para a assistência estudantil de nosso país, pautada em valores como o compromisso social, a inovação e o respeito à identidade e à diversidade”.

⁶ A colaboração dos gestores foi realizada mediante entrevistas semiestruturadas, entretanto elas não fazem parte do recorte realizado e apresentado neste artigo.

⁷ A pesquisa foi realizada de 2020 a 2022, junto ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional do PPPG, no âmbito da UFSM. A autorização institucional foi efetivada junto à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, tendo em vista que o pesquisador estava inserido em ambiente natural de trabalho e vinculado ao mestrado profissional na instituição, constituindo acesso irrestrito aos documentos analisados. Além disso, os pesquisadores utilizaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com os sujeitos da investigação que aceitaram participar da pesquisa, autorizando a socialização dos dados construídos. Foi feito também o Termo de Confidencialidade, em que os pesquisadores se comprometeram a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes.

Sistema de Informações para o Ensino (SIE) da UFSM, nos históricos escolares dos estudantes/egressos de Odontologia contemplados pelo Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico no período de 2017 a 2019, ocasião em que se calculou as médias das notas desses estudantes/egressos.

No cálculo da média foram considerados os valores numéricos das notas de cada disciplina cursada no semestre e que constaram no histórico escolar dos colaboradores da pesquisa. Em caso de trancamento⁸, a disciplina não entrou no cálculo; em caso de reprovação, a disciplina reprovada fez parte do cálculo das médias. A título de exemplo, se um estudante ou egresso contemplado pelo benefício cursou cinco disciplinas no segundo semestre de 2019 e obteve os seguintes resultados: Disciplina 1: 6,50; Disciplina 2: 10,00; Disciplina 3: trancamento parcial; Disciplina 4: 4,99 – reprovado; Disciplina 5: 8,00; a média dele foi de 7,37, tendo em vista que as Disciplinas 1, 2, 4 e 5 foram consideradas para fins de cálculo. Logo após, os dados foram reunidos em uma planilha contendo 13 unidades de registro possíveis de serem explorados, tratados e interpretados, tendo como base indicadores correspondentes à frequência simples de aparição dos elementos.

Em uma segunda parte, a partir dos dados quantitativos levantados e da constituição do *corpus* de análise, procedeu-se à exploração do material e ao tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Inicialmente, realizou-se a categorização dos dados que, para Bardin (2016, p. 148), é cotidiana, assim: “desde o ensino fundamental as crianças aprendem a recortar, classificar e ordenar, por meio de exercícios simples. O processo classificatório possui uma importância considerável em toda e qualquer atividade científica”. Nesse contexto, observou-se separadamente as 13 unidades de registro enquanto dados brutos e, em seguida, verificou-se o que elas possuíam em comum, registrando alguns fatores definidos como qualidades ou condições: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, bem como produtividade (Bardin, 2016). Assim, organizou-se os dados em sete categorias, conforme demonstra a Figura 1:

⁸ O trancamento pode ser parcial, quando realizado em disciplinas isoladas, e também pode ser total, quando efetivado em todas as disciplinas que foram matriculadas no semestre. Ele é realizado a pedido do estudante por diversos motivos e variam conforme o curso dentro da instituição. No caso do Curso de Odontologia da UFSM, de acordo com os dados de integralização curricular, são admitidos 11 trancamentos parciais e apenas 5 trancamentos totais de semestre (UFSM, 2015, n.p).

Figura 1. Categorias de análise



Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Categoria “Identidade” estão os dados que identificam os estudantes beneficiados pelo Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico em três subcategorias: Matrícula, CPF e Gênero. Na Categoria “Tempo”, agrupou-se os dados que apontam o intervalo de tempo de recebimento do benefício em duas subcategorias: Ano e Período. Na Categoria “Espaço”, reunimos os dados que indicam o local que o estudante beneficiado é vinculado, e as duas subcategorias foram: Nome do Curso e Centro. A Categoria “Cifra” é composta pelos dados que indicam os valores em (R\$) recebidos pelos estudantes, sendo constituída pela unidade Valor da Bolsa.

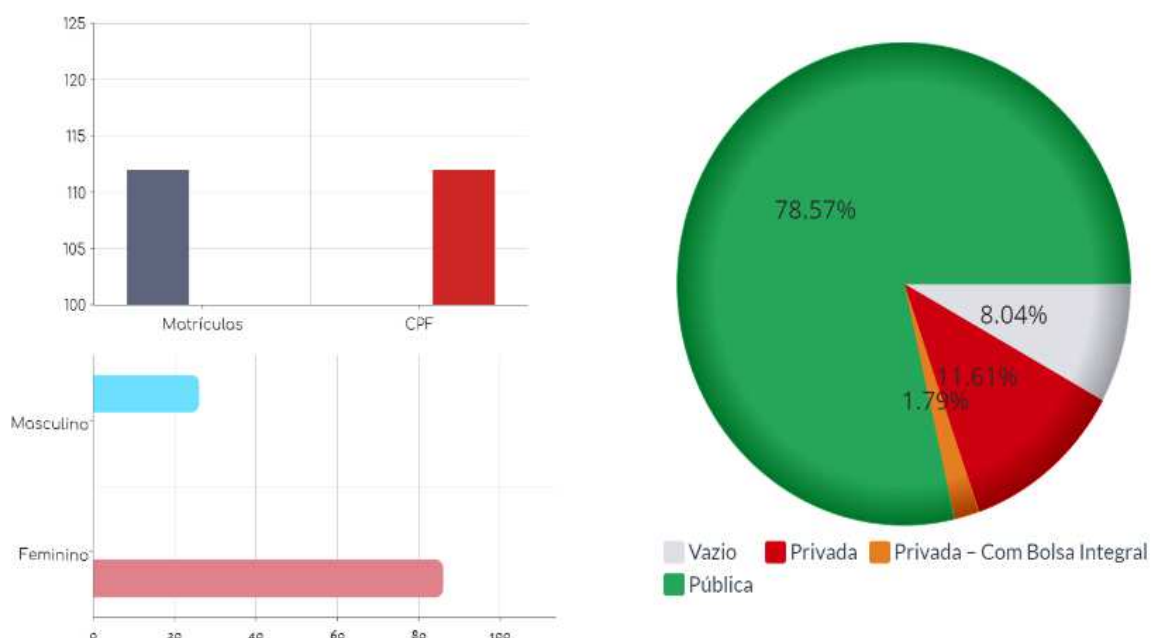
A Categoria “Identidade” é integrada pelas Subcategorias Matrícula, CPF e Gênero. De forma específica, para estudantes de Odontologia contemplados de 2017 a 2019, possui 334 registros. Na primeira Subcategoria foram identificadas 112 matrículas distintas correspondentes a nove anos - 2011 a 2019. A segunda Subcategoria diz respeito ao CPF, nesse contexto, dentre os 334 registros, foram identificados 112 CPFs distintos, sendo que cada CPF é relativo à identificação exclusiva de um único beneficiário do Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico do Curso de Odontologia. Na terceira Subcategoria, que corresponde ao Gênero, dentre os 334 registros, 263 são do gênero Feminino e 71 são do gênero Masculino. Relacionando essa Subcategoria com os dados detectados na primeira e na segunda Subcategoria, temos que, das 112 Matrículas e respectivos CPFs, 86 se referem ao Gênero Feminino e 26 ao Masculino. Logo, houve predominância do Gênero Feminino, no que diz respeito à contemplação pelo Benefício no período de 2017 a 2019.

Na Categoria “Origem” estão os dados que indicam o tipo de instituição de ensino médio de origem de cada estudante, sendo composta pela unidade Ensino Médio, que mostra o tipo de instituição de ensino médio de origem do estudante. Os dados indicaram para as quatro seguintes situações: Vazio, quando não houve origem preenchida; Privada; Privada – Com Bolsa Integral; e Pública. O quantitativo de benefícios, no período de 2017 a 2019, para estudantes do Curso de Odontologia, foi, na primeira situação, de 27; 29 na situação Privada;

seis na terceira situação; e 272 na quarta situação, de procedência Pública, sendo esta a origem com o maior quantitativo de benefícios e a Privada – Com Bolsa Integral com a menor.

O quantitativo de beneficiários na primeira situação foi de nove; na situação Privada foram 13; Privada – Com Bolsa Integral foram dois; e 88 foram de procedência Pública, sendo esta também a origem com o maior quantitativo de beneficiários e a Privada – Com Bolsa Integral com a menor. Conseqüentemente, a maior parte dos benefícios e beneficiários do Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico para estudantes de Odontologia no período de 2017 a 2019 teve a sua origem em instituições públicas e a menor em instituições privadas com bolsa integral. Na Figura 2, pode-se conferir os dados a respeito da identidade e da origem desses sujeitos

Figura 2. Perfil dos estudantes



Fonte: Elaborada pelos autores.

Com base nos dados da Categoria Identidade, foi possível verificar que grande parte de estudantes contemplados pelo Benefício são mulheres. Isso ocorre devido à predominância de mulheres que se matricularam em cursos presenciais no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com as Sinopses Estatísticas da Educação Superior de 2009 a 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que mostraram que 52,76% dos matriculados foram do sexo feminino (INEP, 2018; 2019; 2020).

Por meio da Categoria Origem ficou evidente que o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico vem beneficiando majoritariamente estudantes cujo perfil vem se tornando maioria dentro das universidades federais brasileiras: aqueles oriundos de escolas públicas. Nesse sentido, o perfil originário de estudantes contemplados vai ao encontro do que preconiza o PNAES, quando discorre que

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes **oriundos da rede pública de educação básica** ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010, n.p, grifo nosso).

A Categoria “Situação” é formada por dados que indicam a permanência, o processo de desenvolvimento acadêmico e a conclusão de curso, ou não, do estudante beneficiado. Na Categoria “Desenvolvimento”, agrupou-se dados que indicam o desenvolvimento do estudante, sendo o foco da pesquisa apenas Estudantes de Odontologia contemplados de 2017 a 2019.

A categoria “Desenvolvimento”, que será mais detalhada neste recorte de análise, é composta por três subcategorias - “Média no Semestre, Reprovação e Trancamento”, sendo decorrentes das unidades de registro de mesmo nome.

Na primeira subcategoria – Média no Semestre, os 112 estudantes/egressos de Odontologia foram separados em seis grupos homogêneos, de acordo com a quantidade de vezes que receberam o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico no período de 2017 a 2019. O primeiro grupo foi formado por estudantes contemplados uma única vez, o segundo grupo foi formado por estudantes contemplados duas vezes e assim sucessivamente. Daí em diante, foi realizado o cálculo da média geral de cada beneficiário, a partir das médias unitárias de cada estudante já levantadas nos respectivos semestres e, posteriormente, foi efetuada a média geral de cada agrupamento. Na segunda subcategoria – Reprovação, sob a perspectiva de benefícios e beneficiários, foi trabalhada a reprovação de estudantes por nota obtida e por não frequência em disciplinas cursadas nos semestres em que foram contemplados com o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico. Na terceira subcategoria – Trancamento, sob a mesma perspectiva, foi trabalhado o trancamento total ou parcial de estudantes em disciplinas cursadas nos semestres em que foram contemplados com o benefício. Em todas as subcategorias foram apontados alguns destaques, e, por fim, essas três subcategorias foram relacionadas entre si e também com outras categorias do estudo. A seguir, serão apontados alguns destaques quanto aos resultados e análises.

Considerando os 334 benefícios distribuídos para estudantes de Odontologia da UFSM no período de 2017 a 2019, verificou-se que cada um deles teve um valor de média correspondente, sendo a média geral 7,70. O menor valor de média foi 0,74 e o maior foi a nota máxima 10,00. Nesse contexto, 144 valores de médias ficaram abaixo da média geral, pois três tiveram o mesmo valor, e 187, a maioria, tiveram valor acima desta média geral. O estudante que teve a menor média (0,74) possui matrícula relativa ao ano de 2016, é do sexo masculino e o benefício vinculado foi pago no primeiro semestre de 2018. Ele teve origem em instituição privada e estava matriculado como aluno regular. O estudante que teve a maior média tem matrícula relativa ao ano de 2014, é do sexo masculino e o benefício vinculado foi pago no segundo semestre de 2018; ele teve origem em instituição pública e encontra-se na situação de formado.

Levando em consideração os 112 beneficiários do curso de Odontologia, cada um foi contemplado, no período de 2017 a 2019, com determinado quantitativo de benefícios. Para tanto, 24 estudantes (21,43%) receberam o benefício apenas uma vez no período; 25 estudantes (22,32%), duas vezes; 19 estudantes (16,96%), três vezes; 19 estudantes (16,96%), quatro vezes; 23 estudantes (20,54%), cinco vezes; e dois estudantes (1,79%), seis vezes. Logo, o percentual de alunos que receberam o benefício duas vezes supera os demais quantitativos, e o percentual de estudantes que recebeu o benefício seis vezes é o menor.

Com os agrupamentos homogêneos de beneficiários que receberam o mesmo quantitativo de benefícios, foi feito o cálculo da média geral de cada beneficiário e da média geral de cada agrupamento. Assim, a média geral de estudantes de Odontologia que receberam, no período de 2017 a 2019, apenas um benefício foi 7,53; dois auxílios – 7,55; três auxílios – 7,70; quatro auxílios – 7,58; cinco auxílios – 7,78; e seis auxílios – 7,97.

A estudante que teve a maior média no primeiro grupo, 9,51, tem matrícula relativa ao ano de 2012, tendo origem em instituição pública e encontra-se na situação de formada; já a estudante que obteve a menor média, 2,22, possui matrícula em 2016, tendo origem em instituição pública e encontra-se na situação de aluna regular.

No segundo grupo, a estudante que obteve a maior média, 9,35, foi matriculada em 2011, tendo origem em instituição pública e encontra-se na situação de formada; já o estudante que teve a menor média, 3,68, foi matriculado em 2016, tendo origem em instituição privada e encontra-se na situação de aluno regular.

A estudante que teve a maior média no terceiro grupo, 8,52, foi matriculada em 2014, tendo origem em instituição pública e está formada; já a que obteve a menor média, 6,18, foi matriculada em 2015, tendo origem em instituição pública e encontra-se na situação de aluna regular.

No quarto grupo, o estudante com a maior média, 8,98, foi matriculado em 2014, tendo origem em instituição pública e encontra-se formado; já a que teve a menor média, 5,53, foi matriculada em 2017, tendo origem em instituição pública e encontra-se como aluna regular.

A estudante que teve a maior média no quinto grupo, 8,65, foi matriculada em 2016, tendo origem em instituição pública e está formada; já o que obteve a menor média, 6,67, foi matriculado em 2016, tendo origem em instituição pública e encontra-se na situação de formado.

Por fim, no sexto grupo, a estudante que obteve a maior média, 8,07, tem matrícula referente ao ano de 2015, tendo origem em instituição pública e encontra-se na situação de formada; já a que teve a menor média, 7,86, também foi matriculada em 2015, tendo origem em instituição pública e está formada.

A média de cada grupo foi a seguinte: primeiro grupo – 7,53; segundo grupo – 7,55; terceiro grupo – 7,70; quarto grupo – 7,58; quinto grupo – 7,87; e sexto grupo – 7,97. O grupo

que teve a maior média geral foi o daqueles estudantes que receberam mais vezes o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico no período de 2017 a 2019, e, contraditoriamente, foi o grupo composto por menos estudantes (apenas dois). A maior parte dos estudantes beneficiários (58 de 112) teve nota acima da média dentro de seus respectivos grupos. No primeiro grupo, 10 estudantes tiveram notas abaixo da média e 14 acima da média (7,53); no segundo grupo, 12 estudantes tiveram notas abaixo da média e 13 tiveram notas acima da média (7,55); no terceiro grupo e no quarto grupo, 10 estudantes tiveram notas abaixo da média e nove tiveram notas acima da média, sendo as respectivas médias de 7,70 e 7,58; no quinto grupo, 10 estudantes tiveram nota abaixo da média e nove tiveram nota acima da média (7,87); no sexto e último grupo, apenas um estudante ficou abaixo da média e apenas um estudante ficou acima da média (7,97).

No período de 2017 a 2019, não houve matrícula de estudantes destacados com as maiores médias, sendo uma realizada em 2011, uma em 2012, duas em 2014, uma em 2015 e uma em 2016. Com relação aos estudantes que obtiveram as menores médias, houve apenas uma matrícula relativa ao ano de 2017, outras duas referem-se ao ano de 2015 e outras três referem-se ao ano de 2016. Dos alunos que obtiveram as maiores médias, apenas um era do sexo masculino, já com relação aos alunos que obtiveram as menores médias, apenas dois eram do sexo masculino. Todos os destaques são oriundos da rede pública, exceto o estudante que obteve a menor média geral no segundo grupo. Todos os destaques com as maiores médias estão formados e cinco daqueles que obtiveram as menores médias estão como alunos regulares e um deles encontra-se na Situação de Formado.

A segunda subcategoria da categoria Desenvolvimento – denominada Reprovação, possui dados relativos à reprovação, ou não, de estudantes em disciplinas cursadas nos semestres em que foram contemplados com o benefício. Dentre os 334 benefícios, foram constatados 311 registros de não reprovação, equivalente a 93,11% do total de benefícios de estudantes de Odontologia no período de 2017 a 2019, e 23 registros de reprovação, equivalente a 6,89%, destes, seis estudantes foram reprovados por infrequência e 17 por nota abaixo de cinco pontos, sendo a maioria das reprovações por nota. Tais registros dizem respeito a 19 matriculados, 16,96% dos beneficiários de Odontologia no período, como pode-se observar na Tabela 1.

Tabela 1. Quantitativo de benefícios e respectivos beneficiários com reprovação/disciplina

Nº de Identificação	Matrícula	Tipo de Reprovação e Nota	Período	Disciplina reprovida/Código
1	2013*****	Frequência (1,85)	2017/1	Bioestatística (STC 1014)
2	2013*****	Frequência (0,00)	2017/1	Libras (EDE1123)
3	2014*****	Nota < 5 (4,83)	2017/2	Prótese Dentária Parcial Fixa “A” (ORS1019)
4	2015*****	Frequência (0,00)	2019/1	Odontologia Hospitalar (INO1011)
5	2015*****	Nota < 5 (4,87)	2019/1	Prótese Dentária Parcial Fixa “A” (ORS1019)
6	2015*****	Nota < 5 (4,32)	2018/2	Farmacologia II (FSL1045)
7	2016*****	Nota < 5 (4,25)	2017/2	Patologia Bucal “A” (PTG1017)
8	2016*****	Nota < 5 (2,42); (1,82); (2,83) e (1,82)	2018/1	Odontologia em Saúde Coletiva II “A” (STT1023); Dentística I “A” (ORS1014); Patologia Bucal “A” (PTG1017) e Radiologia Odontológica e Imaginologia I (STT1030).
9	2016*****	Frequência (0,25); (1,34) e (0,63)	2018/1	Odontologia em Saúde Coletiva III “A” (STT1024); Clínica de Oclusão “A” (ORS1017) e Patologia Bucal “A” (PTG1017)
10	2016*****	Nota < 5 (2,75)	2019/1	Periodontia I “A” (STT1032)
10	2016*****	Nota < 5 (3,92)	2018/2	Farmacologia II (FSL1045)
11	2017*****	Nota < 5 (4,28)	2019/2	Periodontia II “A” (STT1033)
12	2017*****	Nota < 5 (3,45); (3,83) e (4,43)	2019/2	Clínica de Oclusão “A” (ORS1017); Patologia Bucal “A” (PTG1017) e Periodontia I “A” (STT1032)
12	2017*****	Nota < 5 (3,80)	2018/2	Estomatologia Clínica I “A” (STT1027)
12	2017*****	Frequência (0,00)	2017/1	Genética para Odontologia “A” (BLG1092)
12	2017*****	Nota < 5 (4,68)	2018/1	Estomatologia Clínica I “A” (STT1027)
13	2017*****	Nota < 5 (4,70)	2019/1	Periodontia I “A” (STT1032)
14	2017*****	Nota < 5 (3,47)	2019/1	Farmacologia I (FSL1043)
15	2017*****	Nota < 5 (4,45)	2019/1	Farmacologia I (FSL1043)
16	2017*****	Frequência (0,00)	2019/2	Gestão em Serviços de Saúde (CAD1041)
17	2018*****	Nota < 5 (2,89) e (4,41)	2019/1	Farmacologia I (FSL1043) e Materiais Dentários I “A” (ORS1011)
18	2018*****	Nota < 5 (4,53)	2019/1	Farmacologia I (FSL1043)
19	2018*****	Nota < 5 (3,49)	2019/1	Farmacologia I (FSL1043)

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 1 evidencia que alguns beneficiários reprovaram em mais de um período em que receberam o benefício, dentre os anos de 2017 a 2019, por isso existe a diferença entre o quantitativo de benefícios com reprovação (23) e o quantitativo de beneficiários (19). Trata-se de uma matrícula em 2016, correspondente a dois benefícios, relacionada ao estudante nº 10, que é de uma estudante cuja origem se encontra vazia e encontra-se como aluna regular; e de

outra matrícula de 2017, que se reporta a quatro benefícios, vinculada ao estudante nº 12, pertencente a uma estudante com origem em instituição pública e encontra-se na situação de aluna regular.

Os dados na Tabela 1 também mostram que, além de ter havido beneficiários que foram exclusivamente reprovados por frequência, ou reprovados por nota, houve uma beneficiária que foi reprovada pelas duas formas, em períodos distintos. O Período que teve o maior quantitativo de reprovações, considerando os benefícios e beneficiários, foi o primeiro semestre de 2019, com nove benefícios/beneficiários vinculados, e o período que teve o menor quantitativo de reprovações foi o segundo semestre de 2017, com duas.

Com relação às disciplinas, foi verificado que houve reprovações em 17 disciplinas, sendo que (FSL1043) teve o maior quantitativo, com cinco ocorrências, e as disciplinas que tiveram menores índices de reprovação foram: (STC 1014); (EDE1123); (INO1011); (STT1023); (STT1024); (STT1033); (BLG1092); (CAD1041); (ORS1014) e (STT1030), com uma reprovação cada. Nota-se que a disciplina (FSL1043) teve grande participação para que o período de 2019/1 fosse aquele com maiores reprovações.

A subcategoria Trancamento contém dados relativos ao trancamento, ou não, em disciplinas cursadas pelos estudantes nos semestres em que foram contemplados com o benefício. Dentre os 334 benefícios, foram constatados 324 registros de não trancamento, equivalente a 97,01% do total de benefícios de estudantes de Odontologia no período, e 10 registros de trancamento, equivalente a 2,99% do total. Destes, verificou-se que um (10%) foi por trancamento total e nove (90%) foram por trancamentos parciais de disciplinas, ou seja, a maioria. Tais registros dizem respeito a nove (8,04%) dos beneficiários de Odontologia no período, conforme Tabela 2.

Tabela 2. Quantitativo de benefícios e beneficiários com trancamento por período/disciplina

Nº de identificação	Matrícula	Tipo de Trancamento	Período	Disciplina reprovada/Código
20	2011*****	PARCIAL	2017/1	Gestão em Serviços de Saúde (CAD1041)
21	2014*****	PARCIAL	2017/2	Libras (EDE1123)
22	2014*****	PARCIAL	2017/2	Formação Profissional Interdisciplinar para o SUS (SDC1009)
23	2015*****	PARCIAL	2019/2	Odontologia Hospitalar (INO1011)
23	2015*****	PARCIAL	2017/1	Libras (EDE1123)
6	2015*****	PARCIAL	2018/2	Odontologia em Saúde Coletiva III "A" (STT1024)
9	2016*****	TOTAL	2018/1	(TRT001)
24	2017*****	PARCIAL	2018/2	Libras (EDE1123)
13	2017*****	PARCIAL	2019/2	Clínica Ampliada e Colaboração Interprofissional: Teoria e Prática (SDC1027)

Nº de identificação	Matrícula	Tipo de Trancamento	Período	Disciplina reprovada/Código
25	2018*****	PARCIAL	2019/2	Gestão em Serviços de Saúde (CAD1041)

Fonte: Elaborada pelos autores

A Tabela 2 demonstra que um beneficiário trancou em mais de um período em que recebeu o auxílio, por isso existe a diferença entre o quantitativo de benefícios com trancamento (10) e o quantitativo de beneficiários (9). Trata-se de uma matrícula de 2015, correspondente a dois benefícios, relacionada ao estudante nº 23, originária de escola pública e está formada. O período que teve o maior quantitativo de trancamento, considerando os benefícios e beneficiários, foi o segundo semestre de 2019 com três benefícios/beneficiários vinculados, e o período que teve o menor quantitativo de trancamento foi o primeiro semestre de 2019, com nenhum trancamento.

Quanto às disciplinas, seis tiveram trancamentos parciais, sendo que (EDE1123) teve o maior quantitativo, com três ocorrências. As menores ocorrências foram nas disciplinas (SDC1009), (INO1011), (STT1024) e (SDC1027), com um trancamento parcial cada. Nota-se que a disciplina (EDE1123) não interferiu no período que teve mais trancamentos, pois os trancamentos dessa disciplina foram em outros momentos.

Relacionando as três subcategorias, o estudante que obteve a menor média geral (0,74) em todo o período, considerando os 334 benefícios, também obteve a menor média geral no segundo grupo. Ele reprovou por frequência na disciplina (STT1024) no primeiro semestre de 2018 e também realizou o trancamento total no mesmo período e encontra-se como aluno regular. O estudante com a maior média geral (10,00) não obteve a maior média dentro do seu grupo, ficando em segundo lugar no quarto grupo. O primeiro colocado desse grupo teve média 8,98 e não teve reprovações, nem trancamentos, assim como o segundo colocado do grupo e ambos estão formados.

Considerando os destaques com as maiores médias de cada um dos seis grupos, nenhum obteve reprovação e apenas um precisou realizar trancamento parcial na disciplina (CAD1041) no primeiro semestre de 2017. Entretanto, quanto aos destaques negativos de cada grupo, 66,67% ou a maioria – quatro de seis estudantes – reprovaram em uma ou mais disciplinas em pelo menos um período em que foram contemplados pelo benefício no período de 2017 a 2019. Três de seis estudantes – 50% ou a metade – precisaram realizar trancamentos, sendo um trancamento total e dois parciais: uma estudante trancou a disciplina (STT1024) no segundo semestre de 2018 e a outra trancou (INO1011) e (EDE1123) no segundo semestre de 2019 e no primeiro de 2017, respectivamente.

Levando em consideração os 23 benefícios e os nove beneficiários envolvidos com reprovações e relacionando-os aos seus respectivos grupos, o grupo que teve o maior quantitativo foi o segundo, com oito benefícios e sete beneficiários, e o grupo que teve o menor quantitativo foi o sexto, com nenhum benefício/beneficiário atrelado à reprovação. Tendo em

vista os 10 benefícios e nove beneficiários envolvidos com trancamentos e lincando-os aos seus grupos, os que tiveram o maior quantitativo foi o segundo e o quarto grupo, com três benefícios e três beneficiários cada, e os que tiveram o menor quantitativo foram o primeiro e o quinto grupo, com nenhum benefício/beneficiário vinculado.

A partir dos resultados, ficou evidente que a média geral de cada grupo, salvo no quarto grupo que teve média menor que o terceiro, foi tanto maior quanto mais vezes os estudantes receberam o benefício. Nesse sentido, o quantitativo de vezes que os estudantes foram beneficiados influi diretamente no desempenho da média da maior parte dos grupos. Dentre esses seis agrupamentos, 58 dos 112 estudantes tiveram médias superiores àquelas de seus respectivos grupos, indicando que a maioria dos beneficiários obteve desempenho acima das médias.

Dentre os estudantes que foram destaques positivos em cada um desses grupos, ou seja, que obtiveram as maiores médias, não houve matrícula relativa ao período de 2017 a 2019, o que indica que os melhores desempenhos, nesse contexto, foram relacionados a alunos que ingressaram anteriormente ao ano de 2016 no curso de Odontologia da UFSM, com destaque para o ano de 2014, que teve o maior número de ocorrências. Os piores desempenhos, ou seja, estudantes que atingiram as menores médias em cada agrupamento, foram alusivos a estudantes que adentraram no curso antes de 2017, sendo que o ano de 2016 foi aquele que teve o maior quantitativo de ocorrências de desempenho negativo, com 50% desses destaques.

Por intermédio da subcategoria Reprovação, ficou evidenciado que houve uma alta quantidade de aprovações vinculadas aos benefícios concedidos aos 112 estudantes de Odontologia. Assim, é possível afirmar que a maioria dos estudantes de Odontologia contemplados no período de 2017 a 2019 não tiveram reprovações, o que indica que os estudantes que receberam o benefício têm um alto índice de aprovação nas disciplinas cursadas nos respectivos períodos de contemplação.

As reprovações, que correspondentes a 6,89% do quantitativo de benefícios e dizem respeito a 16,96% dos estudantes beneficiados, foram, em sua maioria, em razão de nota abaixo de cinco pontos em 17 disciplinas, destacando-se a disciplina (FSL1043), com a maior quantidade de reprovações no período (todas por nota), tendo influência para que o primeiro semestre de 2019 fosse o intervalo com o maior quantitativo de reprovações, fazendo parte do elenco de disciplinas obrigatórias do Núcleo de Ciências Biológicas e da Saúde, no Projeto Pedagógico do Curso (UFSM, 2015, n.p), cujo currículo é de 2017. Nesse contexto, pode-se afirmar que a disciplina com mais reprovações não faz parte do núcleo mais crasso do curso – Ciências Odontológicas.

Por meio da subcategoria Trancamento ficou evidente a quantidade elevada de estudantes que não trancaram a matrícula, vinculados aos benefícios concedidos no período e beneficiários. Nesta conjuntura, se a grande maioria dos estudantes de Odontologia contemplados não efetivou trancamentos, sugere-se que há um alto índice de estudantes cujo

desenvolvimento independe de trancamentos, o que pode contribuir para que o estudante conclua o curso no período ideal de formação.

Os trancamentos, que correspondem a 2,99% do quantitativo de benefícios e a 8,04% dos estudantes beneficiados, foram, em sua maioria, parciais em seis disciplinas, com destaque para (EDE1123), com a quantidade preponderante de trancamentos no período. Trata-se de uma disciplina que compõe 1/3 da carga horária das Disciplinas Complementares de Graduação (DCG), portanto não integra o núcleo mais concentrado do curso.

Verificou-se que estudantes com as notas mais altas de cada grupo não tiveram reprovações e apenas um precisou realizar trancamento parcial, enquanto a maioria daqueles com as menores médias de cada agrupamento obteve reprovação em uma ou mais disciplinas em pelo menos um período em que foi beneficiado e a metade realizou trancamentos. Isso indica que no desenvolvimento acadêmico desses discentes houve relação entre notas, reprovações e trancamentos, pois estudantes que tiveram as médias mais baixas de cada grupo tiveram alta possibilidade de reprovar e/ou de trancar o curso.

O segundo grupo, um dos que beneficiou estudantes do curso por menos vezes no período, foi o que teve o estudante com a menor média unitária dentre todos os 112 beneficiários, sendo que esse estudante também obteve a menor média desse grupo; o segundo grupo, também teve o maior quantitativo de benefícios e beneficiários reprovados, e um dos que teve o maior número de trancamentos. Assim, estudantes que fazem parte de um dos grupos que beneficiaram por menos vezes foram os mais suscetíveis à reprovação e trancamento do curso. O sexto grupo, que beneficiou estudantes por mais vezes, não teve reprovações e foi um dos grupos com o menor número de trancamentos. Logo, estudantes de Odontologia que receberam mais vezes o benefício, além de terem médias elevadas, demonstraram possibilidade nula de reprovar, contudo isso não eximiu de trancar o curso.

Logo, quanto o desenvolvimento acadêmico aferido pelas médias das notas dos estudantes e que compuseram também as médias dos respectivos grupos, tendo em vista apenas os limites desta pesquisa, e considerando-se também que “[...] o desempenho acadêmico dos estudantes se apresenta, geralmente, como um “termômetro” que indica que algo não está indo bem [...]” (Lima, 2018, p. 97), verificou-se que, embora os resultados apontassem para uma distribuição mais dispersa de notas desses estudantes, sendo 0,74 a menor e 10,00 a maior, quando considerados os grupos de pertencimento, o quantitativo de vezes que o estudante foi contemplado teve impacto significativo sobre a média final do respectivo grupo. Nesse sentido, a graduação indicada pelo termômetro aponta para uma relação favorável entre o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico e as médias aferidas, notadamente para estudantes do Curso de Odontologia da UFSM.

Além disso, todos os estudantes em destaque com as maiores médias em cada grupo eram oriundos de escolas públicas no ensino médio e encontram-se formados. Nesse contexto, verificou-se que o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico está contribuindo para promover a inclusão social pela educação, democratizando as condições de permanência na

Educação Superior pública federal, objetivos precípuos do PNAES, conforme o Decreto nº 7.2343/2010.

Levando em consideração que o acompanhamento do estudante vai além de uma observação das notas (Trindade, 2016), ficou evidente, no que diz respeito ao desenvolvimento acadêmico por intermédio das subcategorias reprovação e trancamento, que a grande maioria dos estudantes de Odontologia contemplados pelo Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico na UFSM, no período de 2017 a 2019, não reprovaram em nenhuma disciplina do curso e não precisaram realizar trancamentos, sendo isso considerado como indicadores notáveis da repercussão do benefício junto a esses sujeitos.

4 Reflexões conclusivas

Neste estudo acerca de políticas de assistência e permanência estudantil na Educação Superior, com foco no benefício Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico destinado ao curso de Odontologia na UFSM, evidenciou-se que a maior parte dos estudantes, contemplados com o benefício no período de 2017 a 2019, obteve notas acima das médias de seus grupos e que o grupo que teve a maior média geral foi daqueles que receberam mais vezes o benefício referente ao Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico. Nessa lógica, o quantitativo de vezes que os estudantes foram beneficiados impactou de forma direta no desempenho da média da maior parte dos grupos.

Acerca das reprovações, dentre os 334 benefícios houve apenas 23, que corresponde a 19 beneficiários, sendo a maioria por nota abaixo de 5 pontos, com a disciplina de (FSL1043) que não integra o núcleo mais denso do curso, com o maior quantitativo de cinco ocorrências. Por conseguinte, ficou pontual a alta quantidade de aprovações vinculadas aos benefícios concedidos aos 112 estudantes de Odontologia no período, o que indica que os estudantes que receberam o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico têm um elevado índice de aprovação nas disciplinas cursadas nos respectivos períodos em que foram contemplados.

Com relação aos trancamentos, dentre os 334 benefícios houve apenas 10, que diz respeito a 19 beneficiários, sendo que a maioria foram trancamentos parciais de disciplinas, como (EDE1123), que também não faz parte no núcleo mais denso do curso, sendo o maior quantitativo com três ocorrências. Nesse cenário, ficou evidente que existe um índice elevado de estudantes que receberam o benefício, cujo desenvolvimento independe de trancamentos, o que pode contribuir para que o estudante conclua o curso no período ideal.

Especificamente, com relação ao Curso de Odontologia no período de 2017 a 2019, foram concedidos 334 benefícios para 112 beneficiários, que correspondem a 112 matrículas distintas. O gênero feminino foi o mais beneficiado pelo Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico, com 76,78% de beneficiárias, percentual ligeiramente maior quando comparado ao geral e próximo da média percentual de ingressos deste gênero no período. O ano de 2019 foi o que teve o maior quantitativo de benefícios distribuídos e de beneficiários contemplados, com

121 e 76 na devida ordem. O maior quantitativo de benefícios, bem como de beneficiários, foi para estudantes oriundos de escolas públicas. A maior parte dos estudantes de Odontologia beneficiados já se encontra formado. Dos 334 benefícios, houve 151 cifras diferentes, distribuídas no valor de R\$ 678.422,30. A média, considerando esse valor sobre o total de benefícios, ficou em R\$ 2.031,20, aproximadamente quatro vezes o valor da média geral de 2014 a 2019, sendo que a maioria dos valores pagos foi abaixo dessa média. O maior valor unitário de benefício foi de R\$ 6.000,00.

Ficou perceptível a necessidade de protagonismo e integração acadêmica que, de acordo com Pozobon (2019, p. 116), diz respeito à “[...] forma como o estudante interage com suas experiências acadêmicas, principalmente aquelas que se referem ao estar em sala de aula, no contato com colegas e professores”. Assim, é evidente que, além de ter efeitos sobre os estudantes em vulnerabilidade, o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico, enquanto redutor de desigualdades, tem atuado no sentido de impulsionar e qualificar integração acadêmica para além dos estudantes beneficiados, compreendendo uma multiplicidade de sujeitos na UFSM, proporcionando benefícios no âmbito do Curso de Odontologia.

Cabe salientar que a pesquisa teve como objetivo analisar as relações e contribuições do benefício Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico atribuído a estudantes do curso de graduação em Odontologia da UFSM, referentes à permanência, ao processo de desenvolvimento acadêmico e à conclusão de curso. Nessa lógica, a pesquisa não teve o objetivo de demonstrar que o benefício foi uma política exclusivamente privilegiada para o desenvolvimento do estudante/egresso, até porque existem diversas outras políticas de assistência e permanência na UFSM e outras variáveis possíveis de serem colocadas.

Todavia, nos limites da investigação, o Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico foi contributo singular no desenvolvimento de estudantes de Odontologia oriundos de classe economicamente menos privilegiada, em um curso elitizado com instrumentais distintos e custosos, indo, assim, ao encontro dos preceitos do PNAES, notadamente no sentido de contribuir “[...] para a promoção da inclusão social pela educação” (Brasil, 2010, n.p), estando, também, alinhado ao caráter social propugnado pela Resolução nº 35/2013 (UFSM, 2013) que instituiu o benefício na Instituição.

Portanto, conclui-se que a política de assistência estudantil, permeada pelo Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico, atua como política de assistência e permanência de caráter social e educacional, proporcionando auxílio para que estudantes de graduação, em especial, oriundos da classe menos favorecida da sociedade ou decorrentes de escolas públicas, possam ter um desenvolvimento acadêmico favorável em seu curso de graduação, alinhando-se ao que preconiza a política do PNAES e da Resolução UFSM nº 35/2013, instituidora do benefício no âmbito institucional.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**: Aprovado pela ANDIFES. 2007. Disponível em:

<https://www.sje.ifmg.edu.br/portal/images/artigos/ensino/cgae/assistencia-estudantil/plano-nacional-de-assistencia-estudantil.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. ISBN 978-85-62938-04-7

BOTELHO, Cristiane Roque Pereira. **Assistência estudantil na Universidade Federal de Viçosa**: composições e tensões no/com o movimento estudantil. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4274554. Acesso em: 02 mar. 2022.

BRASIL. Constituição. Constituição nº s.n., de 16 de julho de 1934. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1946. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 20 de dezembro de 1996. **Fixa as Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010**: Legislação federal. Brasília, DF, 27 jul. 2022. Disponível em: <https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/DECRETO-N%C2%BA-7234-Assist%C3%Aancia-Estudantil.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Universidade Federal de Santa Maria. Ministério da Educação. **Observatório da Evasão - CPD**. 2023b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/cpd/observatorio-evasao>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. Universidade Federal de Santa Maria. Ministério da Educação. **Portal de Transparência da Assistência Estudantil: RU UFMS - refeições**. 2023a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/portal-da-transparencia-da-assistencia-estudantil>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. Universidade Federal de Santa Maria. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão 2019 UFMS**. 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2020/09/RelatoriodeGestao2019.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

COSTA, Fabiana Pinheiro da; HINTERHOLZ, Marcos Luiz. **Democratização do acesso à Universidade no Brasil independente: a história da moradia estudantil no Rio Grande do Sul**. 2021. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/democratizacao-do-acesso-auniversidade-no-brasil-independente-a-historia-da-moradia-estudantil-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

DALESSI, Danielle Castor. **Política de assistência estudantil da UFJF e a comunidade acadêmica: limites e possibilidades dessa relação**. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7814>. Acesso em: 04 mar. 2022.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. Pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmvbwx/?lang=pt#>. Acesso em: 05 out. 2021.

FLICK, Uwe. **Métodos de Pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. ISBN 978-85-363-1711-3

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008. ISBN 978-85-224-5142-5

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de dados de Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. ISBN 85.326.1145-1

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 29 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 29 jul. 2022.

LIMA, Fábio Danilo Rolim de. **A política pública de assistência estudantil: uma análise sobre a contribuição do benefício de residência universitária para a permanência na UFPB**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16046>. Acesso em: 08 fev. 2022.

LORENZONI, Ionice. **Pesquisa traça perfil de alunos das universidades federais**. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/21032-pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MOROSINI, Marília Costa. **QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E CONTEXTOS EMERGENTES. Avaliação**, Campinas; Sorocaba - Sp, v. 19, n. 2, p. 385-405, 30 maio 2014. Mensal. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/qZF8Fpz8MjgWHNdC38frh5Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2023.

MOTA JÚNIOR, William Pessoa da. **O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010)**. 2016. 169 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3944312. Acesso em: 04 fev. 2022.

PERSKE, Ketlin Elís **A Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria: uma análise do Auxílio à Aquisição de Material Pedagógico**. 2020. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Escolar, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/25897/DIS_PPGPPGE_2020_PERSKE_KETLIN.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 26 abr. 2023.

POZOBON, Luciane Leoratto. **Políticas de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior**. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – Mestrado Profissional, Centro de Educação, Universidade Federal de

Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19168/DIS_PPGPPGE_2019_POZOBON_LU%20CIANE.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 21 fev. 2022.

SANTA MARIA. Universidade Federal de Santa Maria. Ministério da Educação. **UFSM em Números**. 2022. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>. Acesso em: 13 outubro 2022.

SILVA, Ermes Medeiros da, et al. **Estatística**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. ISBN 85-224-2236-2

SILVEIRA, Hélio Pereira da Mota. **Política de assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba e os critérios para concessão do auxílio restaurante universitário no Campus I**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15388>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SOUZA, Rafael Cipriano de; COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador da. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do programa de residência universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.L.], v. 28, n. 107, p. 362-385, jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/gByfxVtB4j85FdXvVst6cWk/?lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2022.

TRINDADE, Franciele de Souza. **O papel da Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva no processo de inclusão da Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Pública e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5820/1/francieledesouzatrindade.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo – Sp: Atlas S.A., 1987. ISBN 85-224-0273-6

UNIVERSIDADE FEDERA DE SANTA MARIA. **Resolução n. 35**, de 03 de dezembro de 2013. Institui e regulamenta a concessão do Auxílio à Aquisição de Materiais Pedagógicos a alunos de cursos de graduação com Benefício Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Maria, RS. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html;jsessionid=53403c278f8588753b63a8a91c84?action=arquivosIndexados&download=false&id=6151962>. Acesso em: 01 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto pedagógico do Curso de Odontologia**. Santa Maria, RS: Centro de Educação, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/odontologia/projeto-pedagogico>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ZAMPIERI, Renata Venturini. **Campus da Universidade Federal de Santa Maria: Um testemunho, um fragmento.** 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2011. disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36824/000818034.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
Acesso em 26 abr. 2023.